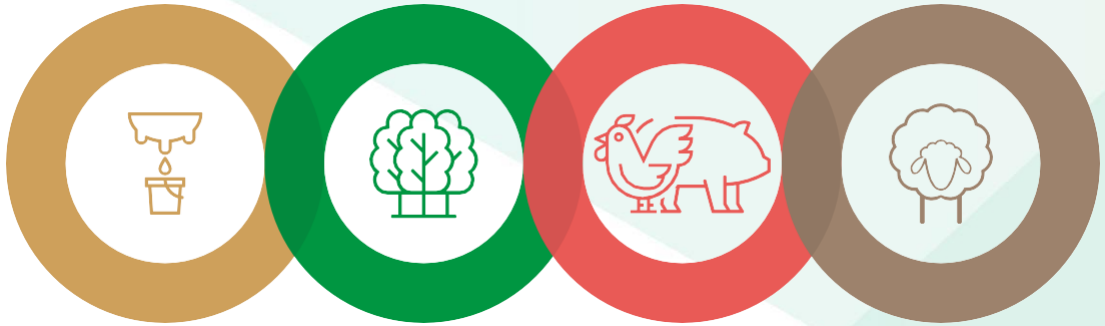
REPRESENTATIVIDADES MEIO AMBIENTE- SISTEMA FAMASUL



FAMASUL
Federação da Agricultura e Pecuária Mato Grosso do Sul

PRINCIPAIS REPRESENTAÇÕES

MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

1. Conselho Estadual de Controle Ambiental – CECA
2. Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH
3. Comitês de Bacias Hidrográficas:
   - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda – CBH MIRANDA
   - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio IVINHEMA – CBH IVINHEMA
   - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rios SANTANA/APORÉ – CBH SANTANA/APORÉ
4. Comissão Nacional de Meio Ambiente - CNMA
5. Comissão Nacional de Irrigação – CNI
6. Comitê Estadual da Reserva da Biosfera do Pantanal de Mato Grosso do Sul - (CERBPan)
7. Frente Parlamentar de Recursos Hídricos - FPRH
8. Frente Parlamentar de Unidade de Conversação - FPUC
9. Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra Da Bodoquena
10. Conselho Gestor Unificado do Parque Nacional de Ilha Grande e do Rio Paraná - CONIRP
11. Câmara Técnica de Conservação de Solo e Água

CONSELHO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL - CECA

Câmara do CECA:
Câmara Técnica Pantanal

O que é?

Órgão de função consultiva e deliberativa para o estabelecimento de diretrizes da Política Estadual de Meio Ambiente.

Função

Discute e delibera sobre licenciamentos ambientais e políticas públicas voltadas ao meio ambiente.

Quem participa?

Entidades do Poder Público e da sociedade civil, onde a composição totaliza com 50% de cada seguimento. Após eleitas, as entidades indicam seus representantes para participarem das reuniões.

Deliberações mais relevantes:

- Aprovou normativa que reconhece atividades de baixo impacto em APPs;
- Analisou mudanças em Resolução que trata de compensação de reserva legal no Pantanal;
- Analisou processos para implantar cinco linhões levando energia à região Sul;
- Analisou e aprovou autorizações ambientais, pautadas nas previsões legais especificadas no Decreto Estadual nº 14.273/15, que dispõe sobre área de uso restrito da planície inundável do Pantanal;
- Realizou ampla reunião para esclarecer qual a situação atual do Parque Nacional da Serra da Bodoquena.
- Convidou o senador Pedro Chaves para discutir o conteúdo e propor subsídios ao Projeto de Lei nº 750, em tramitação no Senado Federal, que dispõe sobre a política de gestão e proteção do bioma Pantanal.

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH

O que é?

Órgão de instância superior do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

Função

Função deliberativa e normativa de formulação, implantação e acompanhamento da política dos recursos hídricos no Estado. Aprova o Plano Estadual dos recursos hídricos e acompanha sua execução, estabelece as normas e os critérios para outorga, cobrança de uso da água e o rateio dos custos entre os beneficiários das obras, arbitra e decide sobre conflitos entre os Comitês das Bacias Hidrográficas.

Quem participa?

Participação de 33% de membros do Poder Público, 33% de representantes das organizações civis dos recursos hídricos e 34% de representantes dos usuários dos recursos hídricos.

Deliberações mais relevantes:

Aprovou metas para elevar qualidade do Córrego Água Boa em Dourados;

- Participou do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paraguai;
- Ratificou Resolução que estabelece critérios de uso de recursos hídricos subterrâneos considerados insignificantes, beneficiando pequenos produtores rurais.

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH

Câmara Técnica Permanente dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos do Estado – CTIGRH

- Competências estabelecidas na Resolução CERH/MS 006 de 31/03/2008: acompanhar, analisar e emitir parecer sobre a legislação, normas e procedimentos, principalmente sobre os instrumentos de gestão descritos na Política de Recursos Hídricos (Plano Estadual de Recursos Hídricos, Cadastro de Usuários, Enquadramento de Corpos Hídricos, Outorga de direito de uso da água, Cobrança pelo uso da água).
- Composição:

  Poder Público: IMASUL , MPE/MS.
  Sociedade Civil Organizada: CREA-MS, UFMS.
  Usuários de Recursos Hídricos: SANESUL, APAI-MS, Sindicato Rural de Campo Grande
  Coordenadora: Daniele Coelho Marques

Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTALI

- Competências estabelecidas na Resolução CERH/MS 006 de 31/03/2008: acompanhar, analisar e emitir parecer sobre a legislação, normas, procedimentos e tudo mais no âmbito jurídico para melhor tomada de decisão da plenária.
- Composição:

  Poder Público: IMASUL, MPE/MS,
  SEINFRA.
  Sociedade Civil Organizada: OAB/MS
  Usuários de Recursos Hídricos: SANESUL, APAI-MS, FAMASUL
  Coordenador: Arlindo Murilo Muniz

Câmara Técnica Permanente de Águas Subterrâneas – CTPAS

- Competências estabelecidas na Resolução CERH/MS N° 028, de 25 de agosto de 2015: discutir e propor a inserção da gestão de águas subterrâneas na Política Estadual de Gestão de Recursos Hídricos; analisar e propor ações visando minimizar ou solucionar eventuais conflitos.
- Composição:

  Poder Público: SEMAGRO, SEINFRA.
  Sociedade Civil Organizada: CBH IVINHEMA, OAB/MS, CREA-MS (suplente), UFMS.
  Usuários de Recursos Hídricos: FAMASUL, Águas Guariroba.

COMITÊS ESTADUAIS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO MATO GROSSO DO SUL

No MS estão instituídos 3 Comitês de Bacia:

O QUE SÃO OS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS?

Colegiados previstos no Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, onde são debatidas as questões referentes à gestão das águas, aos recursos hídricos da bacia.

COMPETÊNCIAS:

Articulam a atuação das entidades que trabalham com este tema; arbitram, em primeira instância, os conflitos relacionados a recursos hídricos; aprovam e acompanham a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia.

COMPOSIÇÃO:

Representantes do poder público, usuários das águas e organizações da sociedade com ações na área de recursos hídricos, idem ao CERH.

CÂMARAS: são colegiados, de caráter consultivo, constituídas para assessorar a plenária do Comitê em seus trabalhos.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MIRANDA - CBH MIRANDA

Câmaras do CBH MIRANDA:
Câmara de Assuntos Institucionais e Legais Câmara de Gestão de Recursos Hídricos Câmara de Educação Ambiental

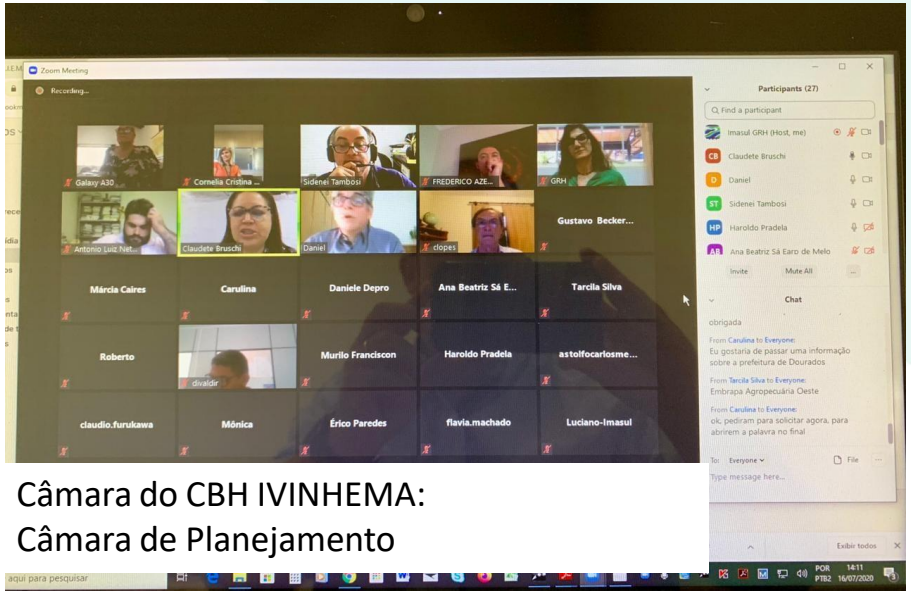
O que é? O CBH MIRANDA foi o 1º comitê no MS. Teve sua criação em 2005, cujas mobilizações para esta formação iniciaram em 2001. Nesses 4 anos de intervalo foram realizados estudos, eventos técnicos e mobilização social envolvendo todos os municípios da bacia.

Função: Seu plano, instrumento norteador de todo seu funcionamento, foi publicado em 2016, onde foram delineadas as definições e estratégias de condução para o planejamento, contemplando as diretrizes e o conjunto de ações que contribuirão para um rearranjo organizacional e institucional que resultará em uma efetiva gestão dos recursos hídricos pautada na equidade socioeconômica do acesso à água e no uso sustentável deste bem natural.

Deliberações mais relevantes:

- Elegeu em 2020 diretoria favorável ao setor produtivo, com um produtor rural na presidência;
- A própria construção e consolidação do plano da bacia foi uma das grandes discussões deste comitê;
- Realizou capacitações dos mais diversos temas, pertinentes à bacia: Serra da Bodoquena; Sistema de Esgotamento Sanitário no Perímetro Urbano da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda; Desafios na elaboração de Planos de Bacias Hidrográficas e Enquadramento de Corpos D'agua e a Apresentação do Plano de Ação do Plano de Bacia do Rio Paraguai.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO IVINHEMA - CBH IVINHEMA



Câmara do CBH IVINHEMA:
Câmara de Planejamento

O que é?

Criado em 2009, abrange 25 municípios, é o maior comitê do estado, com
grande diversidade de atuação dos usuários na bacia.

Quem participa?

Composto por representantes:

I – dois da União; sendo 1 da FUNAI;

II – quatro do Estado;

III.– cinco dos Municípios;

IV.– onze dos usuários das águas;

V.– onze das entidades civis de recursos hídricos.

Deliberações mais relevantes:

- Realizou capacitações para melhor tomada de decisão dos membros diante de alguma deliberação, tais como: impacto potencial do javali no ambiente de produção do Mato Grosso do Sul; demandas e disponibilidade hídrica na Bacia do Rio Ivinhema;
- Participou de ações da Frente Parlamentar de Recursos Hídricos – Deputado Federal Renato Câmara;
- Apresentou a Moção sobre Plano Estadual de Irrigação;
- Consolidou o enquadramento do Córrego Água Boa - DELIBERAÇÃO CBH Ivinhema/ MS Nº 12/2018.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS SANTANA-APORÉ - CBH SANTANA-APORÉ

O que é?

Colegiado deliberativo, normativo e único no âmbito da respectiva bacia hidrográfica, articulado com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH. A área de atuação abrange as UPG's Santana e Aporé definida pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Mato Grosso do Sul.

Quem participa?

Composto por representantes:

I.– três do Poder Público Estadual;

II.– quatro do Poder Público Municipal;

IV.– sete dos usuários de recursos hídricos;

V.– sete das Organizações da Sociedade Civil com atuação em recursos hídricos.

Deliberações mais relevantes:

- Elegeu em 2020 diretoria favorável ao setor produtivo;
- Iniciou o recebimento das cobranças pelo uso da água, por ser afluente do Rio Paranaíba.

COMISSÃO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE - CNMA

O que é? Colegiado liderado pela CNA, composto pelas Federações de Agricultura e Pecuária dos Estados e por entidades integrantes do agronegócio. Tem como objetivo discutir, analisar e deliberar sobre todas as questões ambientais de impacto no agronegócio.

Funções

- Induzir e apoiar estudos e pesquisas sobre a relação entre agropecuária e meio ambiente;
- Fortalecer a comunicação do setor agropecuário e melhorar sua imagem;
- Promover, desenvolver e utilizar tecnologias de boas práticas agrícolas;
- Garantir a compensação financeira ao produtor rural pela manutenção de áreas com relevância ambiental;
- Minimizar a ingerência internacional contra o desenvolvimento do agronegócio;
- Contribuir para que a legislação ambiental seja eficiente e condizente com a realidade do produtor;
- Coordenar as ações relacionadas à promoção, desenvolvimento e uso de tecnologias de boas práticas agrícolas;
- Contribuir para que a legislação ambiental seja eficiente e condizente com a realidade do produtor;
- Propõe soluções e promove articulações junto aos Poderes Executivo e Legislativo e aos demais órgãos e entidades do setor.

Deliberações mais relevantes

- Atuou e atua na regulamentação do Código Florestal;
- Atuou na prorrogação do prazo para encaminhar o Cadastro Ambiental Rural;
- Acompanha e discute o Licenciamento Ambiental de atividades agropecuárias - revisão das Resoluções do CONAMA;
- Adequação aos princípios da Lei Complementar 140/2011 (competências ambientais), bem como aos demais mecanismos da Política Nacional do Meio Ambiente, visando uma legislação mais factível, menos burocrática e que propicie o desenvolvimento sustentável.

COMISSÃO NACIONAL DE IRRIGAÇÃO - CNI

O que é?

A Comissão Nacional de irrigação foi criada durante o 8º Fórum Mundial da Água, ocorrido em 2018, em Brasília. Atua no âmbito politico, técnico e econômico do setor, defendendo e representando os interesses do agricultor irrigante. Composta pelas Federações Estaduais de Agricultura e Pecuária e por entidades civis ligadas ao setor da irrigação.

Funções

- Trabalhar pelo desenvolvimento sustentável de áreas irrigadas no Brasil;
- Adequar normas federais para o desenvolvimento sustentável de áreas irrigadas;
- Promover a preservação de água como atividade de segurança nacional;
- Direcionar o lócus institucional da Politica Nacional de Irrigação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Representar os irrigantes no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) nos diversos fóruns e conselhos de recursos hídricos e de irrigação de âmbito nacional;
- Induzir e apoiar a construção do Plano Nacional de Irrigação;
- Promover e difundir as tecnologias para eficiência do uso da água na agropecuária;
- Difundir a irrigação como uso nobre da água;
- Propõe soluções e promove articulações junto aos Poderes Executivo e Legislativo e aos demais órgãos e entidades do setor.

Comitê Estadual da Reserva da Biosfera do Pantanal de Mato Grosso do Sul - (CERBPan)

O que é? Instituído em 9 de março de 2017, por meio do decreto n° 14.675, para ser um instrumento de conservação que favorece a descoberta de soluções para problemas como o desmatamento das florestas tropicais, a desertificação, a poluição atmosférica e o efeito estufa, e para apoiar o Poder Executivo Estadual no estabelecimento de políticas públicas, apontar áreas prioritárias e propor estratégias para a implantação da Reserva da Biosfera do Pantanal, e a difusão de seus conceitos e funções. O status de Reserva da Biosfera foi concedido pela Unesco.

rbpantanal.org.br

Funções

- Propor diretrizes de políticas governamentais para a conservação da biodiversidade;
- Elaborar e propor o Plano de Ação Estadual da RBPan, definindo prioridades, metodologias, cronogramas, parcerias e áreas de atuação;
- Priorizar o desenvolvimento sustentável nas áreas de domínio do Pantanal e em seus ecossistemas associados;
- Apreciar, em conjunto com os estados circunvizinhos, questões relativas à RBPan em áreas limítrofes;
- Ampliar o debate sobre o uso sustentável do Pantanal;
- Trabalhar a biodiversidade como fator de competitividade do Estado;
- Difundir exemplos de boas práticas sustentáveis no Pantanal.

COMPOSIÇÃO:
Poder Publico
Setor Econômico
Sociedade Civil

Frente Parlamentar de Recursos Hídricos - FPRH

O que é? Criada pelo Ato da Mesa Diretora 19/2019, na Assembleia Legislativa, a Frente Parlamentar de Recursos Hídricos tem como objetivo discutir e deliberar sobre os recursos hídrico do estado no âmbito legislativo.

Funções

Promoção de debates sobre o tema, com a participação da sociedade civil, para apresentar pareceres e informações técnicas para subsidiar as iniciativas legislativas;
Propor, discutir e acompanhar a execução de políticas públicas e privadas relacionadas aos recursos hídricos do Estado,;
Estimular a difusão cultural do uso racional das águas e o incentivo a investimentos em políticas de gerenciamento de recursos hídricos.

Frente Parlamentar para o Desenvolvimento das Unidades de Conservação Ambiental - FPUC

O que é?

A FPUC foi instituída na Assembleia Legislativa pelo Ato da Mesa Diretora 4/2019. O grupo conta com a participação de aproximadamente 30 instituições públicas e privadas e representantes da cadeia turística do Estado.

Funções

Promover discussões sobre a importância dessas áreas de conservação ambiental para todos, com atuação unificada em função de interesses comuns, independente do partido político a que pertençam;

Implantar um modelo sustentável de desenvolvimento econômico e social para as unidades de conservação ambientais de Mato Grosso do Sul, potencializando a pesquisa, o turismo, o lazer, a produção local e a geração de emprego e renda;

Conduzir debates e apresentar propostas voltadas para o desenvolvimento de políticas públicas afim de organizar a exploração sustentável dos parques ambientais do Estado.

Deliberações mais relevantes

GT Lacunas da Legislação de Unidades de Conservação.
GT Fundo Público para Gestão de Recursos de Compensação Ambiental.
GT para Abertura do Uso Público dos Parques.

Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena

O que é?

Parque Nacional da Serra da Bodoquena, no Estado de Mato Grosso do Sul, foi criado a partir do Decreto s/nº de 21 de setembro de 2000, abrangendo 47 propriedades rurais privadas. Teve seu conselho formado em 2010, para a efetivação da primeira Unidade de Conservação Integral Federal do estado. Composta por órgãos públicos, proprietários rurais e sociedade civil.

Funções

Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica;

Possibilitar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Deliberações mais relevantes- Câmaras Técnicas (CT)

- CT uso público
- CT de ações de prevenção aos incêndios florestais
- CT do plano de manejo
- CT de acompanhamento das ações do CCPNSB

Conselho Gestor Unificado do Parque Nacional de Ilha Grande e do Rio Paraná - CONIRP

O que é?

O CONIRP foi criado pensando em otimizar os trabalhos dos conselhos de duas unidades de conservação: o Parque Nacional de Ilha Grande e a Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná. É o maior conselho gestor de unidade de conservação, com mais 100 membros, contemplando o setor público e sociedade civil (ilhéus, mineração, produtores rurais, agricultura familiar, apicultura, indígenas, indústria e comércio, ensino e pesquisa, turismo, pescadores profissionais e hidrelétrico), dos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Funções

O objetivo do conselho é garantir a gestão compartilhada, integrada e participativa nas duas unidades de conservação;
Promover ações que assegurem a proteção da diversidade biológica e cultural, o desenvolvimento socioambiental da comunidade lindeira, o disciplinamento da ocupação e a sustentabilidade dos usos dos recursos naturais para a implantação de diretrizes ambientais nas políticas nacional, estaduais e municipais e no Sistema Nacional de Unidades de Conservação visando atender os Planos de Manejo.

Deliberações mais relevantes- Câmaras Temáticas (CT)

- CT de manejo
- CT conservação de solo, água e infraestrutura
- CT educação ambiental
- CT de produção nas várzeas

Câmara Técnica de Conservação de Solo e Água

O que é?

Colegiado vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO), criado pelo Decreto nº 15.197/2019, em resposta direta ao problema do turvamento das águas dos rios Formoso e da Prata ocorrido em Bonito, no verão de 2018, e para centralizar e orientar as ações de conservação do solo e dos cursos d'água na região. É formado pela Semagro, Agraer, Imasul, Agesul, Famasul, Fundação MS, Embrapa e Prefeituras Municipais de Jardim e Bonito/MS.

Funções

Emissão de pareceres e de recomendações técnicas acerca do Projeto Técnico de Manejo e de Conservação de Solo e Água, para atividades que demandem ações de mecanização de solo nas Bacias de Contribuição do Rio da Prata e do Rio Formoso, nos municípios de Jardim e Bonito.

FAMASUL

Federação da Agricultura e Pecuária
Mato Grosso do Sul

Criando Oportunidades. Construindo Soluções.

www.**senarms**.org.br
www.**portal.sistemafamasul**.com.br

/sistemafamasul